

ARTIGO

Mais do mesmo

● **Eurides Brito da Silva**

deputada distrital pelo PMDB e líder do governo na
Câmara Legislativa

Mais uma vez o Brasil conta com uma proposta de "reforma" do Ensino Médio, formulada nos gabinetes de Brasília, sem maiores debates com os interessados, em especial os estados, encarregados da maior parte da conta. Não aprendeu nada com a experiência recente, mas o calendário eleitoral clama por mudanças e realizações semanais. Esta, porém, não é uma proposta de "reforma" e, sim, de milagre nesse nível de ensino, tal a magnitude das alterações.

Continuando a linha de recentralização administrativa, que considera Brasília mais competente que os estados e municípios, o MEC encaminhou o documento ao Conselho Nacional de Educação, órgão do próprio Ministério. Que o Ensino Médio sofre de falta de identidade, entre outros males, até os pombos da Praça dos Três Poderes sabem de cor. Que cerca de 40% dos jovens não estão na escola média porque não lhes é útil e relevante, uma pesquisa da Fundação Ge-

túlio Vargas já narrou em prosa e verso.

Então, quais os remédios? Já que os currículos chegaram a cerca de 12 disciplinas (várias foram acrescentadas por lei, nos últimos anos, pelo próprio governo), uni-las em vários campos, trabalhando com núcleos e projetos integradores; permitir a escolha de 20% da carga horária pelos alunos; aumentar a duração de 2.400 para 3 mil horas e associar teorias e práticas por meio de laboratórios, oficinas e aulas práticas. Com isso, esperam que a escola passe a ser atrativa para os alunos. Os novos remédios seriam aplicados às 100 escolas com mais baixo aproveitamento no Enem, já a partir de 2010. Quanto custa e de quanto o governo disporá nessa crise? Não se sabe.

Esta é uma proposta que guarda semelhanças com outras. Algumas ideias são louváveis: laboratórios e oficinas são essenciais, o trabalho interdisciplinar representa os novos rumos da atualidade e beneficiar as escolas com menor desempenho é desafiador. Entretanto, é preciso perguntar, num país em que a formação de professores é cada vez mais especializada, se os docentes querem fazer isso e quem os

convencerá a fazer. Nesse caso, a batata fervente fica a cargo não do MEC, mas das secretarias estaduais de educação, que devem preparar os educadores para 2010, a fim de obterem a cooperação do Ministério. A Proposta de Emenda Constitucional 277/2008, de caráter centralizador, torna a educação obrigatória dos 4 aos 17 anos. Se aprovada, será um ano mais longa que a de vários países desenvolvidos e os adolescentes terão que suportar a imposição da obrigatoriedade.

Esse quadro mostra que a "reforma" pretende muito em pouco tempo. Daí tratar-se mais de milagres que inovações, para brilharem na vitrina eleitoral de 2010. Sabemos o quanto é relativamente fácil construir prédios e comprar equipamentos (usá-los bem é outra história). Muito menos fácil é convencer democraticamente gerações de professores, cuja formação inicial se inclina à especialização, a realizarem um trabalho mais exigente e complexo. Menos fácil ainda é propor e concretizar outras medidas em conexão com a "reforma". Haja casa de marimbondos.